

PAROXISMOS PATRIMONIAIS: DOS SINTOMAS DA CIDADE MODERNA À DISTOPIA DA PÓS-METRÓPOLE

Christiane Heloisa Kalb¹

Resumo: o presente estudo tem o intuito de apresentar uma discussão interdisciplinar sobre o patrimônio das cidades contemporâneas. Para tanto, a partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica, que faz parte da tese de doutoramento em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina, com enfoque nas políticas públicas de preservação de patrimônio cultural na cidade de Joinville/SC, buscamos entender alguns processos de conceituação envolvendo o tema *cidade* e *patrimônio*, a partir da Antropologia, especialmente estudos urbanos da Escola de Chicago, e da História, no campo do Patrimônio Cultural, especificamente. Os aportes teóricos principais foram Cacciari, Certeau, Bauman, W. Benjamin e Hartog. A conclusão que se tem, por ora, é que os patrimônios das cidades históricas (ou não) somente são reconhecidos como tal, na relação com as pessoas que o envolvem. Além disso, o patrimônio é parte indissociável de disputas motivadas pelas hierarquias de capitais culturais.

Palavras-chave: cidade; patrimônio; modernidade; contemporaneidade; musealização.

Abstract: this study aims to present an interdisciplinary discussion about the heritage of contemporary cities. To do so, from a literature review of research, which is part of the doctoral thesis in Human Sciences at the Federal University of Santa Catarina, with a focus on public policies for cultural heritage preservation in the city of Joinville / SC, we seek to understand some conceptualization processes involving the theme *city* and *heritage*, from anthropology, especially urban studies of the Chicago School, and History, the cultural Heritage field specifically. The main theoretical contributions were Cacciari, Certeau, Bauman, W. Benjamin and Hartog. The conclusion that one has, for now, is that the heritage of historical cities (or not) are only recognized as such in relation to the people who surround. In addition, equity is an integral part of disputes motivated by the cultural capital hierarchies.

Keywords: city; heritage; modernity; contemporary; musealization.

“Buscar no velho, cujo poder de resistência
é a sua permanência como ruína”.
(Walter Benjamin)

Introito

O presente estudo tem o intuito de apresentar uma discussão interdisciplinar em face do tema cidades e seus patrimônios. Inicialmente o texto faz a retomada de concepções europeias a respeito dos núcleos citadinos, abraçando os sintomas da modernidade, ascendendo à sociedade contemporânea, tendo como pano de fundo um lugar de movimento e de símbolos, independentemente do seu tempo. Num

¹ Professora de Direito Civil - CESUSC. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: christianekalb@hotmail.com

segundo estágio abordamos com Certeau a morte da sociedade e das suas crenças, levando ao que Choay vai chamar de um Complexo de Noé, o atino de guardar tudo. Surgindo uma urgência pela identidade, em algum vazio, que Pesavento vai nomear de cidade sonhada.

Narrando um certo passado de discurso patrimonial, lembramos os conceitos de monumento e de patrimônio urbano, especialmente com o aporte de Giavannoni, Ruskin e Viollet Le Duc, para se alcançar o que atualmente ocorre na fetichização do patrimônio. Na continuidade abordamos temas vigentes sobre a gestão patrimonial voltada ao turismo, colocando os centros históricos no topo da agenda política de cidades históricas, o que muitas vezes cessa numa musealização do espaço se não concebido para novos usos contemporâneos. Tais enunciados já eram paroxismos para Walter Benjamin e Simmel quando escreveram no início do século XX, sobre as figuras do *flâneur* e atitude *blasé*, respectivamente.

No último item antes das considerações, articulamos sobre a cidade contemporânea assintomática do presentismo teorizado por Hartog. Um tempo de incertezas e de transição em que o ultrapassado é o agora, e a nostalgia vinga em favor ou desfavor do patrimônio das cidades. Limítrofe das hierarquias de capitais culturais, em vívidas disputas, onde quem ganha a briga pelo reconhecimento de seu patrimônio, nem sempre pode gritar mais alto.

Sintomas de uma doença chamada cidade

No latim não há correspondente para a expressão do que seria a *pólis* grega. Essa *pólis* remete à ideia de residência, de enraizamento. O termo latino *civitas* representa um conjunto de pessoas que se reuniam para dar vida à cidade. Assim também o é para os romanos, aquilo que é produzido pela reunião de várias pessoas sob as mesmas leis para lá de qualquer especificidade étnica ou religiosa. Desse modo, surge uma diferença entre os termos e, nesse sentido, as questões de Cacciari (2009, p. 9-14) se referem ao valor étnico dado pelos romanos e latinos ou o sentido de raízes dado pelos gregos. Lendo Platão (*República* e *Leis*) e Aristóteles (*Política*) percebemos o dramático problema enfrentado por ambos em não alargar a

pólis em exagero, já que assim, perderiam o seu *génos*², conceito defendido pelos autores. Já as *civitas* romanas tinham que crescer, se expandirem, ultrapassarem seus limites, afirma Cacciari (2009, p. 15). O autor continua:

A perspectiva europeia desenvolve-se substancialmente não a partir da posição grega, mas da romana. Nós, de fato, concebemos a cidade como lugar onde as pessoas confluem ao aceitarem e obedecerem a uma lei. [...] Esta posição levanta um grande problema do ponto de vista das modalidades do habitar. É como se trouxéssemos em nós a nostalgia da *pólis*, da cidade-lugar para morar, aspecto que entra em conflito com a tensão para a universalidade (CACCIARI, 2009, p. 24).

A nostalgia da *pólis*, que indica Cacciari, mostra o século XXI como o tempo que se vive em cidades que são resultado de modelos obsoletos e irracionais da ocupação do espaço “existem diferentes e distintas formas de vida urbana. Não é por acaso que o termo ‘cidade’ pode ser dito de diferentes maneiras” (CACCIARI, 2009, p. 9).

Sobre isso, Acselrad (2009, p. 7) explica que a urbanização rápida e a intensa concentração de indústrias, serviços e, portanto, de seres humanos têm transformado as cidades no oposto de sua razão de ser, que é “um lugar para viver bem”, nas palavras de Aristóteles. Assim, durante a última década, dos anos 2000, enquanto a população total aumentou cerca de 20%, o número de habitantes urbanos aumentou mais de 40%, particularmente nas nove áreas metropolitanas, habitadas por um terço da população brasileira.

O fenômeno histórico do crescimento urbano e da expansão em megacidades não pode ser analisado ou entendido como problema isolado, demográfico ou ambiental. Altas taxas de crescimento populacional causadas por migração interna, as megacidades espalhadas e ocupando grande espaço geográfico e as consequentes questões ambientais, ar poluído, água suja e condições sanitárias insatisfatórias são sintomas de um processo profundamente enraizado de desenvolvimento capitalista moderno, baseado na industrialização (ACSELRAD, 2009, p. 10).

Mumford em forma de mito fala sobre a *Megalópolis*, cidades pós-modernas ou também denominadas de pós-metrópole, assim:

² O géno (plural gene) era um tipo de organização social da Grécia Antiga, durante o período da idade antiga. Eram uma espécie de classe social.

O aumento da área de terras aráveis, o aperfeiçoamento da agricultura, a difusão demográfica e a multiplicação de cidades verificam-se lado a lado, no decorrer da história, nunca tanto como durante o século passado. Muitos países estão ingressando agora numa era em que a população urbana será não simplesmente maior que a população rural, mas em que a área real ocupada ou invadida pelo crescimento urbano rivalizará com aquela dedicada ao cultivo. Um dos sinais dessa mudança tem sido o aumento do número, da área e da população das grandes cidades. Megalópolis está rapidamente se tornando uma forma universal e a economia dominante é uma economia metropolitana, na qual não é possível qualquer empreendimento eficiente que não se ache firmemente ligado à grande cidade (MUMFORD, 1998, p. 627).

Para a Antropologia essa série de fenômenos desconhecidos até então, em tal escala, inclusive gerando manifestações de “patologia social” tais como sub-habitação, delinquência, marginalismo e choque cultural, bem como problemas de planejamento urbano em geral, vem ocorrer em resposta a esses desafios que se desenvolve a Sociologia Urbana, levados a efeito principalmente a partir da década de vinte, discutidas primordialmente pela chamada Escola de Chicago (VELHO, 1967, p. 7).

Cordeiro e Costa (1999, p. 74), fazendo comparações entre bairros portugueses, a partir do olhar da Antropologia Urbana, lembram que muitas teses sobre a descontextualização das relações sociais na época de globalização, a deslocalização das redes de interconhecimento, o fim dos espaços locais enquanto relevantes para a estrutura social, o confinamento da interação aos “não-lugares”³ de passagem rápida, e os regimes relacionais de anonimato se relacionam aos processos ditos da sociedade contemporânea, de modo reificante e unilateral, muito em prol do que assente Marc Augé (*Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, 1994), lembram Borja e Castells (*As cidades como atores políticos*, 1996).

Estes não-lugares são os espaços de anonimato, tendo como maiores exemplos, os aeroportos, as rodoviárias, as grandes avenidas e os grandes *shoppings centers*.

³ Enquanto o conceito de não-lugar, conforme definido por Marc Augé (1994), remete à ideia de trânsito, de fugacidade, de impermanência, a ideia de lugar aponta para o seu enraizamento social. Tal sentido permite a construção de referências culturais que emergem de molduras simbólicas, de arranjos identitários que se expressam através de signos de reconhecimento e pertencimento dos indivíduos a um grupo social ou dos grupos de uma sociedade ou nação. Conforme definido por Pierre Nora (1993) tais grupos constroem lugares de memória.

Quando se fala na sociedade contemporânea, um dos sintomas mais aparentes é a urbanização. E por pertencermos às civilizações urbanas, não é exagero lembrar que os primeiros testemunhos arqueológicos de vida urbana no Mediterrâneo datam de 3500-4000 a.C., ou seja, cerca de 6000 anos atrás. Com seus apogeus e crises, concebemos a cidade como um lugar de encontro e de reconhecimento comunitário, por um lado, um lugar onde residir bem e em paz e por outro lado, consideramos a cidade uma máquina que nos permite negociar e “consumir” com o mundo. Por isso, pergunta-se: o que pedimos às nossas cidades? E Cacciari (2009, p. 27) aduz que queremos duas coisas. Que a cidade seja um espaço sem obstáculos ao movimento, à mobilidade universal, à troca, e que seja um espaço de comunicação, de símbolos. Contudo, ao se querer as duas, não temos nenhuma, e a cidade surge literalmente esquizofrênica.

Distopias do patrimônio identitário das cidades

Na obra de Certeau, *A invenção do cotidiano*, o autor discute uma nota insistente e teimosa, que fala da presença da morte entre os vivos, ou seja, a morte da Modernidade, “morte de Deus cuja Palavra não mais habita o mundo, morte das sociedades, morte das crenças, morte que espera cada um de nós” (CERTEAU, 2013, p. 28-30), e assevera que o autor que mais contribuições deu ao texto deste volume é sem dúvida, Freud.

É através da teoria de Certeau que se vislumbra a tentativa de alguns profissionais e ativistas lutando a favor do *seu* patrimônio, da sua herança. Embora Cacciari (2009, p. 31) engendre pelo fracasso das cidades em forma de *urbis*, ou seja, delimitadas em seu espaço e identidade bem definidos, em razão da plenitude da *civitas*, algumas cidades ainda permanecem com algumas características identitárias, ainda que de forma proposital, como forma de um empoderamento de identidade singular.

Ao mesmo tempo, segundo Choay (2006, p. 209), hoje a preocupação em conservar tudo que se relacione ao patrimônio arquitetônico e industrial do século XX, que está ameaçado em razão do mau uso/estado, gerou em nossos dias um *complexo de Noé*, que tende a abrigar na arca patrimonial o conjunto completo dos novos tipos de construção que surgiram nesse período.

É a vontade, o desejo de tudo guardar. E esse sentimento nos mostra a necessidade da vida em comunidade, ainda que nossas cidades não sejam mais uma *pólis* ou uma *civitas*, mas como Platão sugeriu, uma *sinoiquia*, uma coabitação. Onde somos indiferentes entre si, mas coabitamos e relacionamo-nos com base no direito privado, ou seja, nos *movemos* no contexto de algo que nos obstinamos a chamar de cidade, mas *moramos* num condomínio (CACCIARI, 2009, p. 51).

Esse condomínio que não é mais a cidade, conforme os termos gregos ou romanos, é, na realidade, território, que para Cacciari (2009, p. 53) advém de *terreo*, ter medo, sentir terror. Delimitar a cidade perdeu o sentido, já que diariamente ela se expande sem sentido e sem organização, mas ainda a chamamos assim, por questões meramente técnicas e administrativas. Esses limites da cidade pós-metrópole surgem apenas para serem suplantados, ultrapassados, pois estamos em um período de crise perene, de uma distopia dos extremos. Por isso, os modelos antigos de irradiação a partir do centro em direção à periferia, perpassando bairros industriais e residenciais, deixaram de ser válidos. Os limites perdem seu sentido, afinal surgem cidades que são, como já mencionado, pós-metropolitanas, pós-modernas, ou seja, já ultrapassaram o sentido de metrópole, para algo global.

Na contramão das cidades pós-modernas, lembramos o que o sociólogo Zygmunt Bauman (2003, p. 77) chama de comunidade. Para Bauman, comunidade é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes. Como antítese da “dura realidade”, a ideia de comunidade produz uma “sensação de aconchego”, não comportando aquilo que dela brota: a perda da liberdade, “também chamada ‘autonomia’, ‘direito à autoafirmação’ e ‘à identidade’” (Ibidem). Quanto mais se fala em comunidade, mais utópica ele se torna. Imaginada como reino da coletividade, as sensações de sua ausência ou perecimento na contemporaneidade incumbem os indivíduos de buscar e estabelecer suas próprias identidades.

Segundo o autor *Identidade*, a palavra do dia e o jogo mais comum da cidade, deve a atenção que atrai as paixões que desperta ao fato de que é a substituta da comunidade: do “lar supostamente natural ou do círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora” (BAUMAN, 2003, p. 77). Historicamente, *comunidade* foi substituída por *identidade*, como valor e desejo, no processo de emergência da modernidade, na qual passa a conceber o indivíduo

como aquele que pode agir no gozo de seu direito e de sua própria determinação, independentemente dos seus vínculos sociais ou familiares. Nesse horizonte, o indivíduo deveria desejar distinguir-se, sabendo que pagaria pelos eventuais fracassos no caminho de se tornar singular. Assim, a superioridade de uns e a inferioridade de outros passariam a ser justificadas e aclamadas como referências distintivas. Contudo, a modernidade também traria uma visão apriorística de um “estado final”,

um ponto culminante dos esforços correntes de construção da ordem, ponto no qual se deteriam fosse ele um estado de ‘economia estável’, ‘de um sistema em equilíbrio’, de uma ‘sociedade justa’ ou um código de ‘direito e ética racionais’. No mundo contemporâneo, a visão de que um dia chegaremos lá, individual ou coletivamente, foi diluída em favor das visões das forças de mudanças (BAUMAN, 2003, p. 78).

Tal mote, segundo Bauman (em *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, 2003), teria aprofundado o processo de individualização, impondo aos sujeitos a tarefa de encontrar seu próprio destino que, por definição, é sempre transitório, nunca final e irrevogável. Os laços com os outros, além de frágeis e transitórios, também são destituídos de perspectivas. Supõe-se que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente e são especialmente inadequados à agregação numa comunidade de interesses à procura de soluções coletivas para problemas individuais.

Nessa “dura realidade” distópica, estamos expostos às forças de mudanças, e as nossas experiências são o principal manancial por meio do qual podemos livremente atribuir sentidos e valores aos termos comunidade e identidade. Como afirma o autor, cada uma delas pode ser livremente imaginada, sem medo do teste da prática, como abrigo de segurança e confiança e, por essa razão, desejada com ardor. É por isso que, no presente, a noção de identidade trai a sua origem, ou seja, a de ser “apenas uma substituta” da comunidade: “Ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir. A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos” (BAUMAN, 2003, p. 77).

Pesavento justifica a importância que adquirem os discursos que exprimem sensibilidades sobre a cidade e suas vivências:

Cidades sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo. Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as “verdadeiras”, as “reais”, as “concretas” cidades em que vivemos. Afinal, o que chamamos de “mundo real” é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma (PESAVENTO, 2007, p. 11).

Lopes (2011, p. 14) analisa essa realidade discutida por Pesavento e afirma que há uma relação entre a vida na cidade e como se constrói essa cidade. Essa relação surge em razão de seu crescimento, por meio dos habitantes e das atividades exercidas por eles nesse espaço-tempo. Por isso, Lopes entende que deve haver planejamento urbano para as cidades se organizarem.

Portanto, a cidade, na materialidade de suas formas (perfil e silhueta do espaço construído), comporta as marcas das suas sociabilidades (relações sociais, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos). No entanto, há ainda, segundo Pesavento (2007, p. 280), outro componente a ser considerado: “A cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano”. Assim, seguindo as trilhas da autora, se pode perscrutar também, através do cruzamento de dados objetivos, sociabilidades e representações, os processos pelos quais os sentimentos de pertencimento urbano se manifestam.

Na mesma esteira, Park (1967, p. 29) entende que a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones, etc. Algo mais também do que uma mera constelação de instituição e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas polícia, funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Alusão a um passado posto

O termo *patrimônio* nem sempre foi utilizado para quando se relacionasse aos bens culturais de uma determinada localidade, reconhecidos por sua importância numa nação ou por certas pessoas detentoras do poder de decisão. Antes disso, havia os termos *monumento* e *patrimônio histórico/patrimônio urbano*.

Os monumentos históricos não eram chamados desta forma até parte do século XIX. O que existiam entre os séculos XVI e início do século XIX eram bens guardados nos antiquários europeus, que faziam inventários das antiguidades lá dispostas. Os bens móveis ali guardados eram conservados em gabinetes diferentes daqueles conhecidos como os de curiosidades, de tradição medieval (séculos XVI e XVII). Tais gabinetes foram o passado dos atuais museus públicos.

Choay (2011, p. 21) esclarece que com o Romantismo⁴ há o surgimento de uma nova sensibilidade para com as obras e os vestígios do passado, principalmente reabilitando bens da Idade Média e da arte gótica. Nesse mesmo período, os gabinetes públicos tornaram-se museus públicos, diferenciando-se por peculiaridades dos antigos colecionadores. Nesse novo movimento há valor no saber das obras colecionadas e/ou expostas, o que antes apenas se via como puro colecionismo, fazendo surgir o valor estético por parte dos apreciadores, o que até meados do século XIX vem se inverter em favor do deleite e da fruição.

Em 1837, na França, pessoas se reuniram para discutir como os monumentos poderiam ser protegidos oficialmente. Nesta época, havia categorizações de monumentos em três diferentes dimensões: os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. A preocupação com a preservação patrimonial constituiu-se ao lado dos processos de formação dos Estados Nacionais Europeus, fenômeno que Hobsbawm (1984) vai chamar de “invenção de tradições”.

Choay (2011), contudo, lembra um caso muito antigo de preocupação com a cidade de Roma. O exemplo trazido é de Pio II Piccolomini, bispo que publicou a Bula – *Cum aliam mostram urbem*, em abril de 1462, um documento que pretendia gerenciar a conservação e a preservação da cidade de Roma. Isso demonstra que a categoria patrimônio ter sido constituída a partir dos Estados Nacionais é uma

⁴ O romantismo foi um movimento artístico, político e filosófico que durou do fim do século XVIII até meados do século XIX, na Europa. Tinha uma visão de mundo contrária ao racionalismo e ao iluminismo e buscou consolidar os estados nacionais na Europa.

verdade relativa, já que há muito existia preocupação neste sentido, de no mínimo se referenciar a categoria patrimônio ao colecionismo⁵. Alguns dos trechos a seguir expõem o pensamento do bispo:

Já que desejamos que nossa Cidade-mãe seja conservada na sua dignidade e no seu esplendor, devemos empregar um cuidado particularmente vigilante não somente a fim de que as basílicas e igrejas [...] sejam mantidas e preservadas [...] mas também a fim de que os edifícios da Antiguidade e do mais longínquo passado [sejam protegidos] (CHOAY, 2011, p. 62).

O bispo ainda pregava as penas, caso alguém descumprisse tais preceitos. Ele reforça que:

Sob pena de excomunhão, assim como multas fixadas pelo édito às quais incorrem os infratores [...] interdítamos que qualquer pessoa demula, destrua, mutile, parta ou converta a cal qualquer edifício público antigo ou restos de edifício antigo conservado sobre o solo, nesta Cidade ou no seu entorno, mesmo que se trate de uma propriedade pessoal, rural ou urbana [...]. Se alguém arriscar-se a esse atentado, saiba que provocará a indignação de Deus Todo-Poderoso e dos santos Pedro e Paulo, seus apóstolos (CHOAY, 2011, p. 63).

É interessante perceber que na época, o bispo, desejando proteger a cidade, além de publicar o texto intitulado de Bula, o que por si só já possuía uma força punitiva por natureza, ainda assustava os possíveis infratores do patrimônio urbano romano, alertando-os sobre as possíveis consequências de ordem divina.

Giovannoni (1913 apud CHOAY, 2011), criador do termo patrimônio urbano, questionava-se, em sua obra *O Urbanismo face às cidades antigas*, como deixar coexistir, sem nostalgia nem amálgama, duas entidades em escalas incompatíveis— a cidade antiga, tesouro da memória e de raízes, e a cidade moderna, que chamava de um “organismo urbano em devir” (GIOVANNONI, 1913 apud CHOAY, 2011, p. 150-151). Para o autor, não havia outra solução, em razão do crescimento das cidades e do alongamento dos bairros, a não ser operações cirúrgicas e, em alguns casos, a destruição de edifícios e de ruas, que podiam até mesmo interferir em obras de arte importantes para a população. Fato semelhante veio a ocorrer em Paris, na França, a partir das investidas do prefeito barão Georges-Eugène

⁵ “A atividade de colecionar objetos materiais tem o intento de demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um ‘patrimônio’” (POMIAN, 1997; CLIFFORD, 1985 apud GONÇALVES, 2007, p. 109).

Hausmann (1809-1891), conhecido por ser o engenheiro destruidor da cidade. Hausmann objetivava alargar as vias⁶ e ruelas da cidade parisiense, exterminando o isolamento de bairros e evitando, assim, barricadas nas grandes avenidas em proteção a uma eventual guerra civil. Era um tempo de desestabilização social e perda de referências tradicionais.

Na Itália, Giovannoni idealizava que “uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores” (CHOAY, 2006, p. 143). Por isso, ele entendia que na cidade histórica também deveriam ser aplicadas as leis e as normas de critérios de conservação, restauração e inovação. A Teoria Intermediária, também chamada de Restauro Científico ou Filológico, baseou-se em Camilo Boito, arquiteto, escritor e historiador italiano voltado à crítica de arte e teoria do restauro. Tal teoria foi apreciada por John Ruskin, artista inglês e historiador de arte, que era conservacionista ao extremo no que se referia aos bens de valor patrimonial, quase da mesma forma que Giovannoni.

Não podemos deixar de notar certa analogia entre os princípios de Giovannoni com as ideias que Camillo Sitte (1843-1903), arquiteto e historiador da arte austríaco, diretor da Escola Imperial e Real de Artes Industriais de Viena, maior teórico do “embelezamento” da cidade.

Tanto Giovannoni como Marcello Piacentini (1881-1960) são dois urbanistas italianos dignos de menção neste trabalho, devido à extensão e repercussão de seus trabalhos na Europa, onde consideravam o patrimônio histórico arquitetônico das cidades e o saneamento dos antigos centros urbanos. Ambos são considerados os arquitetos restauradores “pais” da Carta de Atenas, de 1931. Giovannoni assim baseou suas argumentações no pensamento de Camilo Boito, como já mencionado, propondo, contudo, uma concepção mais extensa do conceito de “ambiente”, eliminando a distinção que se fazia até então entre “arquitetura menor” e “arquitetura monumental”. Coloca, pela primeira vez, o problema da cidade nova que engloba a

⁶ “O meio mais popular e eficaz de destruir uma cidade é a introdução de autoestradas expressas de muitas pistas, especialmente as elevadas, no núcleo central. Verificou-se isso imediatamente depois que as ferrovias elevadas para passageiros estavam sendo demolidas, como ameaças ao público. [...] cada cidade está rapidamente se transformando em cidade de estacionamento, inclusive Amsterdam e Paris, com todo o seu espaço destinado a carros, sem que nada sobre para quaisquer outras funções da cidade”. (MUMFORD, 1998, p. 407)

antiga, condenando-a à deterioração física e social causada pela falta de saneamento e funcionalidade exigidas pela vida moderna. A solução proposta para reverter essa situação é o *diradamento orizzontale e verticale*, isto é, uma “descompactação” física da cidade antiga, que no segundo decênio daquele século seria uma alternativa para as demolições totais de quarteirões com o objetivo de sanear as cidades, tão em voga naquela época de tradição haussmanniana (MORAES, 2014, p. 29-31).

O pensamento de conservação/restauração dos monumentos de Camilo Boito (1835-1914) influenciou a época de Giavannoni, e este arquiteto e historiador trabalhava entre dois mundos, o da arte passada e atual e o da modernidade técnica. Adepto dos ditames de Viollet-le-Duc, arquiteto francês ligado à arquitetura do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico, postulava pela prioridade do presente e afirmava-se favorável à restauração, porém, somente quando imprescindível. Boito acreditava que a restauração do monumento ou dos prédios antigos seria a última solução a ser tomada, apenas se todas as tentativas de salvaguardar o bem tivessem fracassado, conforme esclarece Choay (2006, p. 164-165).

No início do século XX, sob impulso inglês e novamente italiano, houve uma promoção voltada à conservação da herança modesta, ou seja, das arquiteturas domésticas, vernaculares e também dos tecidos das antigas cidades. Particularmente, os ingleses começaram a se preocupar com as realizações advindas da Revolução Industrial. Decorre daí o início das preocupações com o patrimônio industrial, especialmente as fábricas, os maquinários e, por outro lado, também as memórias e as histórias ali permeadas.

O escritor John Ruskin, crítico de arte inglês bastante conhecido por seu posicionamento conservadorista, ainda em meados do século XIX considerava a real destruição dos monumentos e dos edifícios antigos a sua restauração. Adepto à corrente culturalista, ele defendia a não intervenção nos monumentos antigos e, não se podendo salvar mais a estrutura, a destruição feita pela restauração seria acompanhada de uma falsa descrição. Conforme Jeudy (2005, p. 87), Ruskin era contra a restauração dos monumentos não porque defendia a autenticidade original, mas por considerar o princípio da restauração um embuste.

Na Inglaterra, mais do que apenas a preocupação com os vestígios do passado industrial, há uma diferente ideia de surgimento de preservação patrimonial, que tinha como objetivo a busca de uma identidade nacional. Por isso, para Ruskin certos ajustes não deveriam ser feitos nos monumentos e nos edifícios antigos, pois dependendo do que se faria, os arquitetos (restauradores) escolhiam alguns traços do passado em detrimento do todo já vivido até então. O crítico de arte acreditava que os edifícios deveriam ser preservados para celebrar os trabalhadores que o fizeram.

Viollet-le-Duc⁷, arquiteto francês, em seu artigo *Restauração*, evidenciou seu entendimento racionalista e adepto dos ideais iluministas de que “o melhor meio de conservar um edifício é encontrar-lhe um emprego” (CHOAY, 2011, p. 23), discorrendo sobre e apoiando a intervenção em prédios considerados patrimônios históricos. “Viollet era símbolo do intervencionismo francês, enquanto Ruskin, seu opositor, era considerado a encarnação do conservacionismo inglês”, pontua Choay (2011, p. 24). Le-Duc foi o responsável pelo restauro da Catedral de Notre Dame, em Paris, tendo se baseado no projeto original. Quer dizer, até o que não se tinha construído em séculos anteriores ele colocou na restauração da Notre Dame. O arquiteto francês é injustiçado quando em confronto teórico com Ruskin, pois elege a ideia de devolver ao edifício à sua glória ainda que se tenha de apagar as marcas dos séculos deixadas nas paredes. Esse traço afasta Le-Duc do pensamento de Ruskin, colocando em foco o binarismo dos entendimentos. Afinal, para Ruskin, o restauro deve ser um gesto de respeito ao passado escolhido.

Sobre as supostas discussões entre John Ruskin e Viollet-le-Duc, o historiador da arte e do design Nikolaus Pevsner publicou monografia, na década de 1940, na qual expôs em forma binária de pensamento o confronto desses dois escritores (MENEGUELLO, 2015). E essa ideia de embate se propagou indiscriminadamente, entretanto, esses críticos nem se conheciam. Não havia essa dicotomia de discussões da preservação de monumentos públicos. Havia, porém, sociedades de profissionais (a Sociedade Britânica de Proteção aos Monumentos, por exemplo, fundada por William Morris, e a Sociedade de Artes e Ofícios, na Inglaterra) que se organizaram ao redor desse tema em busca da preservação

⁷ Retirado de *Dicionário Completo de Arquitetura Francesa do século XI ao XVI (1854-1868)*, p. 142 (apud CHOAY, 2011, p. 23).

nacional (de um passado medieval e religioso). Pevsner afirmou ainda que quando o romancista francês Vitor Hugo publica o texto *Guerra aos demolidores*, que foi veiculado em vários países no período de surgimento dessas sociedades em busca da preservação nacional, nessa mesma busca, Ruskin e Le-Duc deram a resposta a Vitor Hugo.

Choay (2006), em sua antologia, cita parte de uma obra de Ruskin, na qual discute a duração de um edifício urbano, como pode ser visualizado a seguir:

Quando construímos, pensamos que construímos para a eternidade, que não é somente pelo prazer do momento, nem somente para o uso imediato. A maior glória de um edifício reside na sua idade e na força com a qual sua voz volta-se a nós. [...] essas paredes conectam entre elas as eras esquecidas e as seguintes, e instituem em parte a identidade das nações, pois são mais duráveis que os objetos do mundo natural que as cerca e podem tanto quanto aqueles serem dotadas de linguagem e de vida (CHOAY, 2006, p. 121).

Ruskin, apesar de conservadorista e contrário a qualquer tipo de intervenção restauradora, acreditava que o patrimônio só é reconhecido na relação. A disputa pelo patrimônio gera reconhecimento, tanto dos que prezam por sua preservação quanto daqueles que desejam a sua queda. A relação só se estabelece quando há identificação. E este sentimento se relaciona com um lugar determinado, no qual as pessoas se identificam e lá pertencem, de forma a se sentirem bem consigo mesmas e em segurança. Ruskin é evidenciado, explica Moraes (2014, p. 17), no campo da preservação e da estética da cidade, assumindo uma posição frente a obras de arte e aos monumentos, que se traduz quase em uma contemplação mística, sustentando que o monumento pertence somente ao seu criador, aos trabalhadores. “Pode-se fruir, assistir sua decadência e admirar sua ruína, mas não se há o direito de tocá-la, porque não nos pertence” (RUSKIN apud CESCHI, 1970, p. 88). Tal aproximação vai permitir a consolidação, no futuro, do conceito de autenticidade dos monumentos históricos, da mesma forma como colaborar com as teorias de embelezamento e recuperação social da cidade.

Complementando as discussões entre os entendimentos de Ruskin e Le-Duc, Choay (2006, p. 20; 2011, p. 33) acredita que os dois principais motivos dos monumentos perderem a sua função memorial são: em primeiro lugar, a importância

dada ao conceito de arte nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento, e que foi se delineando até a modernidade; e, em segundo, a instalação, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais, como a fotografia e a internet⁸.

Hoje, vive-se sob novos tipos de tratamentos políticos voltados ao patrimônio. Muitos países tratam essas respostas como formas de fetichização do patrimônio, dando, por um lado, uma resposta passadista e nostálgica, portadora de valores memoriais não menos anacrônicos, ainda que apelassem a uma continuação da história, e, por outro, uma reação progressista que deixa os bens preservados aos cuidados do museu ou dos órgãos de gestão turística, apenas se preocupando com o saber histórico e o prazer estético, atribuindo os cuidados da conservação a um novo patamar.

A musealização das cidades: patrimônio para quem?

A resposta para muitas das ponderações até aqui expostas está na forma de gestão das cidades hoje no que concerne aos seus patrimônios. O complexo de Noé mencionado por Choay, num desejo distópico em busca de tudo salvaguardar e a impossibilidade de o fazê-lo, põe em xeque a ideia de identidade de Bauman. A noção antropológica de patrimônio, que iniciou sua trajetória existencial há séculos, ganhando novos contornos a partir do século XX pelo patrimônio industrial e da herança modesta, traz consigo a fetichização da maquinaria patrimonial (JEUDY, 2005)

As cidades gestadas para o turismo têm o intuito de serem incluídas no rol de cidades que se “vendem” para o mundo dos lazeres e/ou dos negócios. Aquelas cidades, que turistificam o seu patrimônio, possuem um quê quando se trata da gestão pública desses bens de valor cultural, pois além de buscarem um uso para esses bens, quando se fala em patrimônio edificado, as populações que se envolvem com eles precisam estar incluídas no sistema de preservação e de proteção. Os problemas que envolvem a gestão pública e a preservação de centros históricos de cidades é tema que remonta ao início do século XX, porém, até hoje ainda encontra resistências e tensões de vários lados.

⁸ Por meio das redes sociais (Facebook, Instagram, Pinterest etc.) e das nuvens de armazenamento de dados (como Dropbox, Onedrive, Google Drive etc.).

Para Cacciari (2009, p. 31), o centro das cidades é um lugar simbólico tradicional, sufocado pela afirmação dos lugares de troca, expressão da sua mobilidade, do *neverleben*, da sua vida nervosa. No meio dessas trocas nascem edifícios majestosos, que tentam dissolver as presenças simbólicas tradicionais dos imóveis históricos. Enquanto a cidade cresce de acordo com as presenças de produção e troca, a memória torna-se museu e cessa de ser memória, pois a memória tem sentido quando é imaginativa, recreativa, senão, transforma-se numa clínica na qual colocamos nossas recordações. Mais recentemente, os olhares estão voltados à conservação dos centros históricos como forma de parar a deterioração, pois a restauração, por mais que persiga a originalidade do bem, é uma intervenção que acontece, na maioria das vezes, num estágio no qual muito da substância original já se perdeu (ALTHOFF, 2008, p. 34).

Apesar de haver discussões de longa data, desde antes de Ruskin e Le-Duc, quando do início do século XX, sobre a melhor opção do que se fazer na hora de interferir num bem cultural, grande parte dos gestores das cidades brasileiras concluiu-se que entre a teoria e a prática, o que deve imperar é o bom senso. Nem a conservação artificial, que cria falsos simulacros, nem deixar os edifícios caírem em ruínas, sugados pelo tempo. Por outro lado, congelar partes inteiras de cidades em nome da preservação da memória urbana, conforme Althoff (2008, p. 39), seria a forma de se atribuírem valores estéticos e técnicos que determinado bem legou ao presente, como testemunho de sua trajetória de vida. Por isso, conclui Cacciari, “acabamos por hospitalizar a nossa memória, tal como as nossas cidades históricas, ao fazermos delas uns museus” (CACCIARI, 2009, p. 32).

E para que a musealização das cidades não ocorra, Choay (2011, p. 40) nos sugere algumas considerações, que entendemos serem de imprescindível importância. A primeira delas seria dotar esses patrimônios de novos usos adaptados à demanda societal contemporânea, depois, renunciar ao dogma de sua intangibilidade e ao formalismo histórico da restauração e, por último, saber proceder às transformações necessárias, associando o respeito ao passado e a aplicação de técnicas contemporâneas de ponta.

O paroxismo contra a musealização e a fetichização do patrimônio é preocupação remota, senão vejamos a posição ruskiana, extremamente atual

(apesar de publicada em 1877), divulgada na 12ª conferência sobre a arquitetura, em Paris, organizada por Viollet-le-Duc:

Nós que somos um povo civilizado, o que é a maioria de nossas cidades e o que elas se tornarão em alguns séculos, quando muito provavelmente a satisfação grosseira de necessidades materiais terá feito desaparecer para sempre algumas raras ruínas das eras anteriores? O que são as cidades do Novo Mundo? O que são as cidades industriais da Inglaterra? O que nós pensamos ser a civilização leva-nos, no século XIX, a abrir ruas largas e a bordejá-las de casas de aspecto uniforme. Assim, nossas cidades tornam-se desertos para o pensamento, elas têm a monotonia fatigante da solidão sem ter grandeza. [...] não que eu tenha nostalgia das ruas infectadas e tortuosas de nossas velhas cidades, mas ao menos no caos encontra-se a marca do homem, de seu trabalho, as lembranças de sua história, algo mais que a marca de seu interesse material do dia (CHOAY, 2011, p. 146).

A postura de Ruskin, citado por Choay, quando discorre de seu povo no continente europeu, permite perguntar sobre o Novo Mundo e suas cidades na América, remetendo-se também a Paris, que é espelho para outras tantas cidades modernas. Tal angústia é também vivida por Walter Benjamin (1986) em seu texto *Paris, a capital do século XIX*⁹, publicado em 1888. Nesta obra, o autor discorre sobre os célebres planos do barão Hausmann, prefeito do Sena no governo de Napoleão III, em 1853, de engrandecer e embelezar a cidade de Paris, sempre de acordo com as estratégias de defesa contra possíveis levantes civis. Paris é um exemplo de cidade que cresceu e se urbanizou em extensão, extravasando suas muralhas, incorporando no espaço urbano as aglomerações vizinhas. Assim, entender Paris do século XIX é compreender a modernidade que vinha ali surgindo, por meio de suas “*passagens*” (BENJAMIN, 2006). Paris se desloca de um passado do antigo regime para através das *passages*¹⁰ se encontrar na modernidade. Benjamin, por meio das alegorias que revela Paris, concretiza tais abstrações a partir das realidades da iluminação a gás, sistema ferroviário, fotografia, vitrines, magazines etc. – mostra os indivíduos inseridos nessa nova realidade, com seus modos de vida, medos e desejos.

⁹ Livro inacabado, que se trata de um conjunto de anotações dispersas e de citações das mais diversas, trazendo muitas vezes uma visão incerta do que Benjamin está por concluir.

¹⁰ Também relevante nas intervenções haussmannianas, foi a criação das *passages* parisienses: galerias comerciais adentrando ao interior dos quarteirões, antecipando uma morfologia urbana que só aparecerá no século seguinte (MORAES, 2014, p. 24).

Benjamin (1986) lembra que a abertura de ruas por Hausmann interligou pontos da cidade que viviam como ilhas, isoladas no meio urbano. Comunicou, da mesma forma, a periferia ao centro, convergindo em estações de trens. Até 1828, não havia transporte público na cidade, e para que isso pudesse ocorrer, Hausmann teve que “destruir” parte dela. Benjamin entende que houve o fim do isolamento no interior da cidade e o desenraizamento do indivíduo de sua territorialidade local. Esses dois movimentos se completam, pois, caindo as antigas ruelas e muralhas, abrem-se grandes vias para a circulação das pessoas e também as grandes galerias, onde agora se passeia. Com essa nova circulação, há a mudança de ação do *flâneur*, que agora, por causa das vitrines expondo mercadorias dia e noite, sente-se atizado pelo apetite consumista. O consumidor, pela primeira vez, vê-se como massa, porque se identifica com o valor de troca, o dinheiro. O indivíduo cede lugar à multidão, ao homem da multidão. Ele é o observador que se apropria da dinâmica urbana fugidia, transitória da cidade moderna, mas também procura extrair o eterno dentro do transitório da cidade.

Percebem-se algumas similitudes entre o entendimento de Benjamin e de Simmel (1967) (Escola de Chicago). A atitude *blasé* descrita por Simmel, em contraponto ao embotamento dos sentidos, assemelha-se à perda de ação do *flâneur*, de Benjamin. O retraimento em meio à multidão gera a individualidade, sendo uma adaptação ao estilo da vida moderna.

Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade, por outro lado, promoveram uma **subjetividade altamente pessoal**. Não há talvez fenômeno psíquico, que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude blasé. A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente **jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana**. Portanto, as pessoas estúpidas que não tem existência intelectual, não são exatamente blasé. Uma **vida em perseguição desregrada ao prazer** torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir. [...] isto constitui aquela atitude blasé que, na verdade, toda criança metropolitana demonstra quando comparada com crianças de meios mais tranquilos e menos sujeitos a mudanças (SIMMEL, 1967, p. 18, grifos nossos).

Benjamin (1986) contrapõe o significado de multidão ao de individualidade. A aglomeração de pessoas abafa o indivíduo, o *flâneur*. Ele não é mais ninguém, ele é como todos, sem nenhuma heterogeneidade, é o anônimo. Ninguém o reconhece mais nas calçadas. Afinal, como qualquer um, tem recursos (mais ou menos) para se tornar consumidor, na lógica capitalista, fundindo-se num mesmo padrão, transformando-se em massa. O *flâneur* torna-se uma mercadoria. Seu desaparecimento é fruto desta modernidade, assim como também a sua atitude *blasé*. “A multidão é o véu através do qual a cidade conhecida aparece ao *flâneur* como fantasmagórica” (BENJAMIN, 1986).

Em busca de aspectos positivos nessas transformações, o filósofo alemão procura, dentro de uma visão poética, embrenhar-se na multidão como um observador distanciado do caos e do fluxo intenso, procurando ainda reconhecer nos lugares transformados os símbolos de sua identidade. Tal atitude “*flânerie*”, segundo Benjamin, passa a caracterizar a posição espiritual do homem moderno, que procura uma libertação interior numa realidade claustrofóbica (MORAES, 2014, p. 47).

Simmel (1967, p. 16) arremata dizendo que “a economia do dinheiro domina a metrópole, ela desalojou as últimas sobrevivências da produção doméstica e a troca direta de mercadorias, ela reduz diariamente a quantidade de trabalho solicitado pelos clientes”. A vida do homem na cidade moderna, como foi a experiência trazida por Benjamin na cidade de Paris, fez com que as ações políticas com o intento de intervenção e restauração que ali ocorreram expulsassem os seus moradores originais. Não só isso, trouxe questionamentos quanto às formas de se tratar a cidade histórica. Hausmann destruiu tudo [em Paris] ou, aos olhos do progresso, reconstruiu tudo, porém, os centros e bairros históricos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões.

Cidade contemporânea: presentismo de incertezas

A cidade contemporânea ocidental, resultante do pós 2ª guerra mundial, é a hibridização de fatos e atos.

Segundo os historiadores Emerson César de Campos e Maria Bernadete Ramos Flores (2007), a cidade contemporânea contrasta o paradigma da “cidade

moderna” tributário do século XIX, enquanto objeto de cultura e na falta de nomeação, pelo qual se instituiu e se justapôs um modelo de poder e dominação, bem como uma maneira própria de conhecer, abordar, olhar, dominar e construir a cidade. A noção de cidade contemporânea, assim, possibilita ampliar o estudo e refletir sobre as práticas e as representações urbanas não mais restritas a um sistema racional, um objeto passível de planificação, apreendido em sua totalidade. Dizem os autores: “Transitar pela cidade. Esta é a atividade mais próxima do momento, mais distante das estabilidades, menos morta da vida cidadina, mais íntima das superfícies” (CAMPOS; FLORES, 2007, p. 268). Os principais construtores do modelo de cidade moderna teriam sido os higienistas¹¹, médicos e engenheiros que, científica e tecnicamente, “esquadrinham a cidade e visibilizam os corpos dos cidadãos para ter sobre eles o controle sobre sua saúde, sua moradia, seus passos [...], seu trabalho, seu lazer e sua sociabilidade, suas organizações sociais e políticas, seu consumo” (CAMPOS; FLORES, 2007, p. 268).

A cidade contemporânea, por sua vez, tem sido objeto de estudos também pela História, assim como a cidade moderna o foi, além da Antropologia e da Sociologia, especialmente pela Escola de Chicago. Para o historiador François Hartog (2013), vivemos sob um novo regime de historicidade, o qual dá relevo crescente ao presente enquanto tal, tornando-o massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. O autor propõe, a partir de três regimes, a ideia de que estaríamos vivendo um outro regime, que não privilegia o passado, pois ele não apresenta exemplos que devem ser seguidos, nem o futuro. Afinal, o futuro, num sentido positivo, já não mais existe. Assim, o presente é uma mera transição para o que se tem no futuro. Hartog acredita que estamos na transição. O passado é tão distante que não serve mais para nada, e o futuro, ninguém sabe o que vai ser, não há esperança, então é o presente que se tem para viver. No entanto, há certos elementos positivos no passado que devem ser lembrados, e estes vestígios do

¹¹ A população passa a ser identificada pelo asseio e limpeza de suas casas, e as autoridades públicas começam a intensificar os registros censitários, conhecendo cada palmo da cidade e aqueles que a habitam. O pensamento médico passa a dar direção da modernidade, atuando sobre a cidade como única autoridade capaz de lhe dar forma moderna. [...] Nicolau Shevchenko (1984, p. 28), ao abordar a temática da modernização da cidade, destaca a inauguração da Av. Central e a lei da vacina obrigatória como os marcos iniciais da mudança, da regeneração da cidade, do país (CARNEIRO; SANT’ANNA, 2009, p. 97 e p. 104).

passado são “coisas” palpáveis e cognoscíveis nas cidades contemporâneas que fazem com que se perceba quem somos. O passado, portanto, não é o que temos, mas sim o que somos.

Adotando a teoria benjaminiana de história, para entender a teoria presentista de Hartog, trabalha-se o cronista e o colecionador com as ruínas que insistem em sobreviver na edificação das cidades. Enquanto o colecionador recolhe o residual da metrópole para levá-lo para casa, subtraindo daí um patrimônio próprio, intransferível, o cronista deduz da cidade as mínimas histórias para devolvê-las a esta mesma cidade em forma de narrativa. Ambos documentam, classificam, arquivam para a posteridade o que, em última instância, está condenado à morte (CASTELLS, 2012, p. 51). O colecionador e o narrador, portanto, trazem à tona a morte da memória como um signo permanente do tempo. O que se confirma com Certeau citado acima, quando manifesta a morte das crenças e das sociedades. Assim, pode-se considerar que esse “presentismo” que inunda os enunciados históricos de uma dada sociedade permite não apenas evocar novas memórias, como também produzir esquecimentos capazes de validarem o que é vivido como necessidade ou aspiração.

Castells e Nardi (2012, p. 55) explicam ainda que parar o tempo paradoxalmente onde o tempo mais almejava andar – na pressa da metrópole contemporânea – é a luta incessante do colecionador. Sentir pelas mãos do colecionador a melancolia própria do tempo que estaca, do sentido que falta, da presença da morte de uma ilusão. Substituir a essência da ilusão infantil pela reivindicação de um presente melhor. Tudo isso é colocar o “ultrapassado” no agora. É atualizar, por meio dele, a fisionomia de um tempo que é contemporâneo nosso: tempo de incerteza, de transição, de nostalgia pelo velho e de estranhamento com o devir.

Difícil não ver nas palavras de Benjamin (1984) um reflexo exato de como ele procedia na hora de compor sua filosofia. Resgatando os objetos, os detalhes de uma época, procurava extrair deles o quanto de arte e lembrança possuíam. E não apenas pelo prazer de desvendá-los, de ressignificá-los, mas para que, por meio deles, pudesse ler o amanhã. Como ele próprio diz, os colecionadores se tornam intérpretes do destino, do futuro. Eis a intenção do colecionador: buscar no velho, cujo poder de resistência é a sua permanência em forma de ruína, uma promessa

contida que não se realizou no presente tal qual Benjamin, que escovando a história a contrapelo, pretendia redimir o passado para salvar o futuro.

De acordo com Hartog (2013), então, esta dimensão do “presente hipertrofiado” é um presente que é capaz de gerar seu próprio passado e futuro, que é fruto das nossas experiências contemporâneas perante as solicitações do mercado e do consumo, das mudanças científicas e tecnológicas e dos ritmos das mídias, poderia também agregar a esses aspectos as nossas experiências diante das fronteiras movediças, porosas e flexíveis dos territórios urbanos. O espaço da cidade contemporânea é cada vez mais palco de mobilidade social, transformando as nossas percepções sobre nós mesmos e sobre os outros, cuja presença imaginamos ser provisória. Com isso, cada vez mais tornamos tudo obsoleto, até mesmo acontecimentos e pessoas.

O poder de escolha da forma de se patrimonializar (ou não) certos lugares na cidade contemporânea afeta direta ou indiretamente a população que vive o seu entorno. Essas escolhas são baseadas em conhecimentos técnicos e científicos, porém, podem haver controvérsias muito além das questões técnicas e científicas. Como é o caso quando há reconhecimento e identificação por parte da população do entorno em prol de sua *não patrimonialização*, sem que haja um olhar agressivo progressista. No entanto, quem tem o poder de escolher o que é patrimônio e o que não é normalmente não são as pessoas que vivem o lugar. Assim, pergunto-me: este bem está desprotegido? Há realmente a necessidade do “rótulo” *ser-patrimônio* cultural para que haja efetivamente a proteção do bem cultural? Rotman e Castells (2007) tentam responder a essas perguntas por meio das ideias apresentadas abaixo:

Tem-se defendido suficientemente que, enquanto existir um discurso oficial que confira legitimidade a todas as formas culturais, de fato haverá uma hierarquia dos bens simbólicos, na qual o capital específico dos grupos subalternos ocupa um lugar subordinado. Neste sentido (e para além da existência de diversos enfoques, referentes a distintos períodos), estimamos que cabe recuperar a perspectiva analítica de Garcia Canclini (1993:43), que sugere a adoção do conceito de “capital cultural” de Bourdieu para analisar processos relacionados com o patrimônio. A proposta pode resultar fecunda na medida em que dinamiza a noção e basicamente a situa na esfera da reprodução social (ROTMAN; CASTELLS, 2007, p. 76).

Desta feita, os bens simbólicos que representam a cidade deslocam-se dentre hierarquias que elasticamente podem ser valoradas mais positivamente, dependendo dos interesses políticos e econômicos envolvidos na tomada de decisão dos gestores do patrimônio. Portanto, os bens culturais de cada sociedade, ou seria melhor dizer, de cada cidade ou região, não pertencem a todos, pois de acordo com a ideia de Canclini (1997), a partir do conceito de Bourdieu (1977), há hierarquias entre os “capitais culturais”, em que o que será conservado e mantido para a história e a memória dos indivíduos depende da capacidade de apropriação destes capitais culturais.

Por derradeiro

Agradar a todos é impossível quando se fala em restauração/intervenção ou a escolha de um dado patrimônio cultural. Algumas pessoas podem esperar que haja o retorno ao *status quo* de determinado bem individual ou centro histórico. Ficando, assim, o máximo possível parado no tempo. Outros, entretanto, podem desejar que nada se faça em tal bem, deixando apenas o tempo agir. Essas discussões não são recentes, como se pode perceber a partir da narrativa que remonta às cidades modernas, mas o que se pode perceber é que a educação e a formação do povo são uma das frentes pela qual se pode lutar para alcançar uma equiparação entre as hierarquias simbólicas. Afinal, sem educação para o patrimônio, a população não se identifica com o seu patrimônio, e como pronunciou Ruskin, o patrimônio surge na relação. Em segundo lugar, a utilização ética de nossas heranças edificadas, que hoje são mercantilizadas sob o título de *ser-patrimônio*, não provocam o questionamento de o que e para quem queremos preservar. Ainda há a prevalência de algumas culturas mais eruditas em detrimento de culturas populares. E por fim, a terceira frente é a questão da participação coletiva na produção de patrimônio vivo, pois a população do entorno de determinado bem patrimonializável nem sempre tem o intento de conservá-lo, seja por não se identificar com ele ou por simplesmente não entendê-lo (CHOAY, 2011, p. 39).

A preocupação com os centros históricos das cidades, no sentido de revitalizá-los, destruí-los, engessá-los ou preservá-los é um tema que surgiu na modernidade. E tanto Benjamin quanto Simmel puderam auxiliar no entendimento do

processo de individualização que surgiu no início do século XX. Também Hartog pode esclarecer o regime presentista que se vive hoje, engendrando nas ações em favor da proteção do patrimônio como forma de deixar marcas do passado nas cidades.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALTHOFF, F. R. *Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville*. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2008.

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENJAMIN, W. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Paris, a capital do século XIX*. Torino, Itália: Einaudi, 1986.

_____. *Passagens*. Trad. I. A. Mourão. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imprensa Oficial do Estado de SP, 2006.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *As cidades como atores políticos*. Ed. T. O. Thomaz. p. 152-166, jul, 1996,

CACCIARI, M. *A cidade*. Barcelona, Espanha: Pazzini Stampadores Editore, 2009.

CAMPOS, E. C.; FLORES, M. B. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*, 27, p. 267-296, jan.-jun. 2007.

CASTELLS, A. N. *Patrimônio cultural e cidade contemporânea*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

CERTEAU, M. d. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. L. V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

_____. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Trad. J. G. Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CORDEIRO, G. I.; COSTA, A. F. Bairros, contexto e intersecção. In: VELHO, G. (org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

HARTOG, F. *Regime de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

JEUDY, H.-P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LOPES, A. R. *Memória urbana: diagnóstico do patrimônio cultural do bairro Centro de Joinville*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – UNIVILLE, Joinville, SC, 2011.

MORAES, S. T. *Uma luz na cidade: subsídios para estudos de requalificação urbana*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, 53, 2007.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Artigo recebido em 23 de fevereiro de 2016. Aprovado em 31 de outubro de 2016.